



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Marco Antônio Cabral Maggi



QUARTA CÂMARA CRIMINAL

062

APELAÇÃO CRIMINAL Nº 107572-1

COMARCA: TIMBAÚBA

APELANTES: ZILMA LUNA DA SILVA E MARIA JOSÉ DOS SANTOS

APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

RELATOR: DES. MARCO ANTÔNIO CABRAL MAGGI

EMENTA: PENAL E PROCESSUAL
PENAL. APELAÇÃO CRIMINAL. TRÁFICO
DE DROGAS. NEGATIVA DE AUTORIA
NÃO ACOLHIDA. AUTORIA E
MATERIALIDADE INCONTESTES. PROVA
TESTEMUNHAL INCONTROVERSA DA
CULPABILIDADE DAS APELANTES.
DESCCLASSIFICAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE.
SENTENÇA. CONDENAÇÃO. PENA.
ADEQUAÇÃO. – APELO NÃO PROVIDO.
DECISÃO UNÂNIME.

- 5072
1. Apelo interposto objetivando reforma da sentença penal que condenou as apelantes nas sanções do art. 12, da Lei nº 6368/76. Responsabilidade criminal evidenciada. Sentença bem aplicada e pena bem dosada apoiada nas provas materiais e testemunhais consonante dos autos.
 2. Tráfico de drogas é crime de mera conduta que se consuma com a mera atividade do agente, é o quanto basta para que se verifique a sua consumação. Não exige um resultado material para se consumir, porquanto se trata de crime de perigo abstrato, fundamentado na subsunção da conduta do agente a um dos núcleos do tipo.

fcs

3. Provas consistentes evidenciam, de forma plena, a responsabilidade criminal das apelantes. Autoria delitiva suficientemente demonstrada e prova testemunhal incontroversa da culpabilidade das apelantes restou bem caracterizada.

063

4. Incabível a desclassificação para o crime de uso (art. 16, da Lei nº 6368/76), em face apreensão da droga (1.680 gramas de maconha) e 162 cigarros prontos para consumo que se destinavam à venda.

5. As circunstâncias judiciais do art. 59, do CP, devem ser analisadas obrigatoriamente sob pena de nulidade. No caso dos autos, a dosimetria da pena-base fixada para cada uma das apelantes, além de atender aos critérios estabelecidos na lei, encontra-se bem dosada, posto que próxima do mínimo legal.

ACÓRDÃO

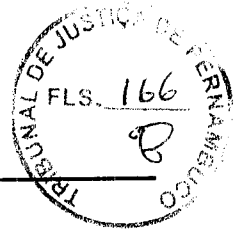
Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Criminal nº 0107572-1, em que são partes as acima nominadas, ACORDAM os Desembargadores componentes da Quarta Câmara Criminal deste Tribunal de Justiça, à unanimidade de votos, em negar provimento a apelação, nos termos do voto do Des. Relator.

Recife, 11 de Dezembro de 2009.


Des. Marco Antônio Cabral Maggi
Presidente/Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Marco Antônio Cabral Maggi



QUARTA CÂMARA CRIMINAL

APELAÇÃO CRIMINAL Nº 107572-1

064

COMARCA: TIMBAÚBA

APELANTES: ZILMA LUNA DA SILVA E OUTRO

APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

RELATOR: DES. MARCO ANTÔNIO CABRAL MAGGI

RELATÓRIO

Trata-se de apelação interposta por **Zilma Luna da Silva e Maria José dos Santos** em face da sentença penal condenatória de fls. 123 a 130, que condenou as apelantes à pena privativa de liberdade de sete anos de reclusão e cem dias-multa, em regime fechado, pela prática da conduta tipificada no art. 12, da Lei nº 6368/76, objetivando reforma.

Em suas razões de recurso (fls 133/137), as apelantes alegam exacerbação da pena aplicada porquanto não se vislumbra comércio ilegal de drogas. Salientam, que não há provas de que estivessem comercializando drogas. Aduzem, que a ínfima quantidade de droga encontrada pertencia a outras pessoas que as exploravam.

Acrescentam que faz dez anos da ocorrência e até a presente data não tiveram nenhum envolvimento com ilícito penal. Requerem, ao final, a reforma da sentença ora impugnada e absolver as apelantes, ou, desclassificação para o tipo descrito no art. 16, ou, ainda, redução da pena aplicada assim como mudar o regime de cumprimento.

A representante do Ministério Público em suas contrarrazões de fls 138/139, diz que a r. sentença, ora impugnada, apreciou com clareza os aspectos necessários à condenação das apelantes. Os fatos narrados restaram devidamente provados. A autoria certa e individualizada e a materialidade comprovada. Pugna pelo não provimento do recurso de apelação.

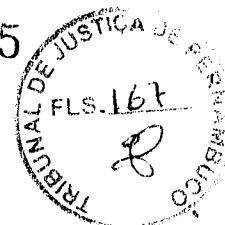
A douta procuradora de justiça convocada Maria Helena da Fonte, as fls 155/156, diz que as provas apuradas durante a instrução criminal apontam as apelantes autoras do crime pelo que restaram condenadas. Aduz, que a droga se destinava ao tráfico e não ao consumo próprio conforme aduzido. A pena está justa e bem dosada. Conclui que o recurso interposto não comporta provimento. Opina pelo não provimento.

É o relatório.

A douta revisão.

Recife, 15 de outubro de 2009.

065



DÉS. MARCO ANTÔNIO CABRAL MAGGI

Presidente/relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Marco Antônio Cabral Maggi



QUARTA CÂMARA CRIMINAL

PROCESSO Nº 107572-1

APELAÇÃO CRIMINAL

066

COMARCA: TIMBAÚBA

APELANTES: ZILMA LUNA DA SILVA E OUTRO

APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

RELATOR: DES. MARCO ANTÔNIO CABRAL MAGGI

VOTO

Srs. Desembargadores,

Sr.(a) Procurador(a).

Trata-se de apelações interpostas por Zilma Luna da Silva e Maria José dos Santos em face da sentença de fls. 123 a 130, que julgando procedente a denúncia de fls. 02/03, condenou as apelantes à pena privativa de liberdade de 07(sete) anos de reclusão e 100(cem) dias-multa, em regime fechado, pela prática da conduta tipificada no art. 12, da Lei nº 6368/76.

Consta da denúncia, que no dia 30 de outubro de 1993, as denunciadas foram autuadas em flagrante pela posse de grande quantidade de *cannabis sativa linné*, substância entorpecente vulgarmente conhecida por "maconha", na seguinte proporção, em poder de Zilma 780 gramas e de Maria José a quantia de 900 gramas da maconha, além de 162 cigarros da mesma erva para serem comercializados na cidade de Timbaúba, conforme se depreende dos termos de apreensão e laudo pericial de fls. 12 a 13.

Tendo sido recebida a denúncia, e após a natural tramitação processual, as acusadas foram condenadas a pena de 07(sete) anos de reclusão e 100(cem) dias-multa, no valor de um décimo do salário mínimo por dia, pela magistrada da 2ª Vara da Comarca de Timbaúba, pela prática do art. 12, da Lei de nº 6368/76.

067

Inconformadas as apelantes interpuseram o recurso de apelação, às fls. 131, pugnando pela reforma da sentença e, por consequência, as suas absolvições, tendo em vista inexistirem provas suficientes de sua participação no tráfico de drogas, pelo qual foram condenadas. Alegam, ainda, que a pena a elas imposta na sentença condenatória foram extremamente exacerbada, anti-social e desumana. Por fim, requer a desclassificação do delito para o crime previsto no art. 16, da Lei 6368/76, ou ainda a redução da pena e modificação do regime de cumprimento.

O *parquet*, nas suas contrarrazões de fls. 138 a 139, pugnou pela manutenção da sentença condenatória em desfavor das apelantes em todos os seus termos.

Nesta instância, a Procuradoria de Justiça, às fls. 155 a 156, opinou pelo não provimento do recurso apelatório, devendo assim ser mantida a sentença recorrida.

De início, verifica-se que a materialidade do delito se encontra cabalmente comprovada nos autos, por meio do Laudo de Constatação de fls. 15/16 e pelo Auto de Apresentação e Apreensão de fls. 20.

A autoria, de igual modo, restou incontroversa ante os depoimentos das testemunhas de acusação, pois as provas que alicerçam a acusação são consistentes e evidencia, de forma plena, a responsabilidade criminal imputada as apelantes.

Deste modo, observa-se através da coleção de provas produzidas nos autos que restou suficientemente demonstrada a autoria delitiva ora imputada as

apelantes. É o que se apreende do depoimento prestado em Juízo pelo policial militar que participou da operação. Vale transcrever parte de seu depoimento:



068

Aroldo Silva Spinelle, às fls. 94/95, em Juízo, disse: "Que foi

condutor da prisão em flagrante e que no dia do fato encontrava-se na delegacia de plantão lá chegou Maycon Monar com uma pessoa que afirmava que aqui em Timbaúba havia tráfico de drogas; Que saiu com ele e mais alguém que estava de plantão que no momento não se recorda e dirigiram-se até o endereço informando pela pessoa que havia chegado com o delegado e lá chegando encontram e procederam as buscas. Tendo sido encontrado nas duas casas pacote contendo substância vegetal que se assemelha a maconha e cigarros. Que naquela ocasião as duas denunciadas estavam em casa e foram presas em flagrante e levadas para a delegacia; (...) **Que ao chegarem na casa das denunciadas a erva estava escondida e que só foi identificada após busca, não se recordando no momento onde estava; Que tem conhecimento que quando foi na casa de uma denunciada, que no momento não se recorda qual, face o tempo transcorrido, lá encontrou uma certa quantidade de erva e que esta denunciou a outra e para lá se dirigiram, também, encontrando a quantidade de erva na outra casa; Que na ocasião em que foram encontrados os pacotes de ervas e cigarros nas casas das respectivas acusadas elas nada disseram, não atribuindo a propriedade a terceira pessoa; Que nenhuma dela reagiu a prisão.**"(grifos nossos)".

Apesar do depoimento acima ser do próprio policial que realizou o flagrante delito, tem-se que pela análise de todas as circunstâncias que envolveram a ação delituosa a substância entorpecente destinava-se ao tráfico ilícito, e caracterizando assim tal conduta das apelantes, o tipo previsto no art. 12, *caput*, da Lei nº 6368/76.

Além do mais, é sabido que os depoimentos de policiais pode ser meio de prova idônea para embasar a condenação, principalmente quando tomados em juízo, sob o crivo do contraditório.

Neste sentido, temos os precedentes do Supremo Tribunal Federal.

EMENTA. "HABEAS CORPUS. Paciente condenado como incurso no art. 12, da Lei nº 6368, 1976, a 03 anos e 06 meses de reclusão, em regime fechado, além de 50 dias-multa.

Alegação de o réu ter sido condenado com base exclusiva em depoimento policial.

Nada existe nos autos que possa desabonar os depoimentos dos policiais, invocados na sentença, confirmada no acórdão. Além da comprovação da materialidade do delito, a prova testemunhal decorrente de declarações dos policiais foi colhida, em juízo, assegurado o contraditório, inexistindo qualquer elemento a indicar pretendessem os policiais incriminar inocentes.

Habeas corpus indeferido.”(HC 77.565/SP, DJ de 02/02/2001, Rel. Min. Néri da Silveira)

Assim, verifica-se, que em nosso sistema, não há vedação ao depoimento de policiais.

Em consonância com o depoimento acima mencionado temos os das testemunhas de acusação que asseguraram a participação das apelantes no delito do art. 12, da Lei 6368/76, assim vejamos:

Antonia Francisca da Silva, às fls. 05, na fase inquisitiva, asseverou: “Que residiu com Maria José dos Santos, conhecida por ‘Nena’ aproximadamente dois anos, de onde partiu para morar na cidade de Aliança-PE; (...) que durante todo tempo que residiu com a ‘Nena’ a mesma guardava maconha de propriedade de Zilma, onde a depoente comprava a erva para o seu consumo a ‘Nena’, (...) que afirma a depoente que no dia de hoje, saiu de Aliança por volta das 08:00 horas, vindo a residência de Nena onde comprou aproximadamente cinquenta gramas de maconha, para o seu consumo, pois é viciada; Onde foi detida por policiais militares, onde foi conduzida a Delegacia de Polícia, quando informou aos policiais que tinha comprado a maconha a ‘Nena’ no Alto Santa Terezinha, nesta cidade; Que acompanhou os policiais militares, digo, civis à residência de ‘Nena’, onde foi encontrado quase um quilo de erva, e a residência de Zilma proprietária, onde também foi encontrado uma parte, além de diversos cigarros pronto para o consumo; Que esclarece a depoente que não vende a erva, apenas é consumidora, viciada.”(grifos nossos).

Lucimário Bezerra de Lima, às fls. 97, afirmou: “(...) Que tem conhecimento da razão de estarem sendo processadas. Que ouviu comentários que elas foram flagradas com grande quantidade de maconha.”

Selma Ferreira Bispo, às fls.06, no inquérito policial, alegou: "Que há seis anos conhece 'Nena' e informa que nunca teve conhecimento que a mesma comercializava ou guardava maconha, porém, no dia 27.10.93, a 'Nena' chamou a depoente e informou que a 'Zilma' tinha deixado maconha no seu quarto para a mesma guardar, alertou a depoente que não se aproximasse do baú, onde tinha guardado, que afirma a depoente **que chamou atenção de 'Nena' para que devolvesse a erva, e não se envolvesse com aquele tráfico, que no dia de hoje, por volta das 15:00 horas, chegaram policiais na sua residência, acompanhada de Antônia, onde encontrou o referido Baú onde continha quase um quilo de maconha, que 'Nena', Maria José dos Santos, esclareceu que a erva não era de sua propriedade e sim de Zilma Luna da Silva, onde levou os policiais, que na residência de Zilma, encontraram também outra grande parte de maconha e cigarros pronto para consumo, quando foram todas conduzidas a esta delegacia de Polícia.**" 070

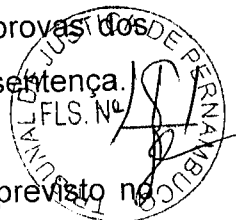
Como se vê, os testemunhos acima transcritos afirmaram com precisão que as apelantes estavam na posse da droga apreendida nos presentes autos. Desta forma, podemos asseverar que a decisão proferida pela magistrada *a quo* encontra-se em total consonância com o conjunto probatório, bem como foi profundamente harmônica com os princípios humanizadores da pena.

Vale salientar ainda que apesar das testemunhas de defesa terem atribuído a citada droga a uma terceira pessoa, em momento algum ficou provado nos autos tal alegação. Pelo contrário, conforme o depoimento do policial Aroldo que realizou o flagrante, as substâncias entorpecentes foram encontradas em poder das apelantes em suas residências.

Nota-se, assim, que as apelantes, como as testemunhas de defesa com intuito de falsear a verdade, criaram versões que não encontram nenhum respaldo com o conjunto probatório.

Desta forma, verifica-se que a decisão condenatória exarada pela ilustre magistrada está em consonância com as provas carreadas nos autos, já que, diante dos depoimentos das testemunhas de acusação e do auto de prisão em flagrante, a MM. Juíza entendeu a existência do delito ora em questão.

Sendo assim, nenhuma consistência traz as razões da defesa, posto que a magistrada a quo proferiu seu julgamento na conformidade com as provas dos autos, não havendo, portanto, motivo que enseje neste sentido a reforma da sentença.



No que tange a alegação de desclassificação do delito previsto no art. 12, da Lei de nº 6368/76, para o tipo previsto no artigo 16, da mesma Lei, vejo que não deve prosperar.

071

Ora, não foi comprovado na fase instrutória a destinação da droga apenas para o uso pessoal, pelo contrário, ficaram evidenciados os atos de traficância pela quantidade e a forma em que a droga foi encontrada em poder das apelantes.

Além do mais, mesmo que as apelantes sejam também usuárias de droga, o crime de tráfico que lhes é imputado restou comprovado, impossível assim a sua desclassificação para a figura do artigo 16 da Lei de Tóxicos.

Neste sentido, trago à baila o seguinte julgado:

"A alegação de viciado não obsta o reconhecimento da figura do traficante, mormente na hipótese vertente, em que ambas se mesclam no mesmo agente, preponderando a última, de maior gravidade." (TJSP: RJTJSP 101/498)

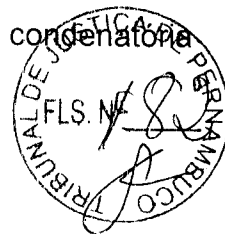
Dessa forma, podemos afirmar que a sentença condenatória em desfavor das apelantes foi devidamente proferida pela magistrada a quo, no tocante aplicação do artigo 12, da Lei 6368/76.

No que se refere ao *quantum* da penalidade aplicada ao crime de tóxico, diante da realidade dos fatos, a sanção apresentou-se justa, não se afastando das regras explicitadas no art. 59 do C.P., não podendo por isso ser classificada como exacerbada. Ademais, ao fixar a pena, o Juiz deve analisar a biografia moral do condenado, bem como as particularidades do fato criminoso, julgando de forma a atender aos fins da pena. O que de fato ocorreu.

Assim, tenho por bem manter a pena aplicada as apelantes, por ter sido bem dosada e calculada de acordo com as regras previstas no art. 59 do Código Penal Brasileiro.

Diante do exposto, meu voto é no sentido de negar provimento aos recursos interpostos pelas apelantes, para que seja mantida a sentença condenatória em todos os seus termos.

É COMO VOTO.

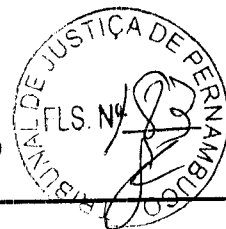


072

A handwritten signature, possibly of the judge, located at the bottom right of the page.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Gustavo Augusto Rodrigues de Lima



00

QUARTA CÂMARA CRIMINAL

073

PROCESSO Nº 0107572-1

APELAÇÃO CRIMINAL

APELANTE: ZILMA LUNA DA SILVA E OUTRO

APELADO: JUSTIÇA PÚBLICA

RELATOR: DE S. MARCO ANTÔNIO CABRAL MAGGI

REVISOR: DES. GUSTAVO AUGUSTO RODRIGUES DE LIMA

PROCURADORA: MARIA HELENA DA FONTE

V O T O

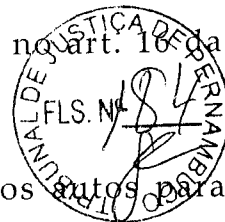
Trata-se de apelação criminal interposta por ZILMA LUNA DA SILVA e MARIA JOSÉ DOS SANTOS, vulgarmente conhecida como "Nena", em face da decisão do Juízo de Direito da 2ª Vara da Comarca de Timbaúba que condenou ambas como incurso nas penas do art. 12 da Lei 6.369/76¹.

Nas razões da insurgência, as apelantes alegam que a prova não atesta a prática delitiva de tráfico de substância entorpecente, sendo, portanto, errônea a decisão vergastada. Alegam ainda que a dosimetria da pena foi demasiadamente severa. Requerem a absolvição ou,

¹ Art. 12. Importar ou exportar, remeter, preparar, produzir, fabricar, adquirir, vender, expor à venda ou oferecer, fornecer ainda que gratuitamente, ter em depósito, transportar, trazer consigo, guardar, prescrever, ministrar ou entregar, de qualquer forma, consumo substância entorpecente ou que determine dependência física ou psíquica, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar;

Penal - Reclusão, de 3 (três) a 15 (quinze) anos, e pagamento de 50 (cinquenta) a 360 (trezentos e sessenta) dias-multa.

alternativamente, a desclassificação do crime para o descrito no art. 16 da precitada Lei² ou a redução da pena aplicada pelo Juízo a quo.



O apelo demanda o revolvimento da prova dos autos para que se verifique se a autoria delitiva, a subsunção do fato e a aplicação da pena estão escoimadas de erros.

074

A materialidade delitiva afigura-se inequívoca ante o Laudo de exame de constatação da droga apreendida de fls. 16.

Segundo a exordial acusatória (fl. 02/03), as apelantes, em 03 de outubro de 1993, foram flagradas na posse de grande quantidade da substância entorpecente *cannabis sativa linneu*, vulgarmente conhecida como "maconha".

Consta do auto de prisão em flagrante de fls. 05/08, que os Agentes Policiais prenderam na Cidade de Aliança a Sra. Antônio Francisca da Silva na posse de uma pequena quantidade de "maconha". Consta do auto de prisão em flagrante que a precitada cidadã:

"(...) tinha sido detida na cidade de Aliança com uma pequena quantidade de "maconha", alegando ter comprado no Alto Santa Terezinha, nesta cidade, à uma senhora conhecida por "Nena (...)"

Diante de tal informação, os agentes policiais dirigiram-se até o local indicado pela supracitada testemunha e prenderam a apelante Maria José dos Santos, vulgarmente conhecida como "Nena", na posse de 900 gramas de *cannabis sativa linneu*. Em seu depoimento, esta última apelante afirmou o seguinte aos policiais (fl. 07):

"(...) a interrogada esclarece que há cerca de três meses atrás a Zilma a procurou e deixou no seu quarto um baú contendo certa quantidade de maconha (...); que, no dia de hoje, por volta das 09:00 horas, a Antônio chegou no seu barraco e a interrogada vendeu cinquenta gramas, aproximadamente, por quinhentos cruzeiros; informa a interrogada que a Zilma não sabia que a interrogada vendia por fora pequena quantidade, ficando com o dinheiro; que

² Art. 16. Adquirir, guardar ou trazer consigo, para o uso próprio, substância entorpecente ou que determine dependência física ou psíquica, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar:
Pena - Detenção, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, e pagamento de (vinte) a 50 (cinquenta) dias-multa.

por volta das 15:00 horas, chegaram os Policiais Cíveis acompanhados por Antônia (...).



Diante da informação obtida, os Agentes Policiais partiram em busca da apelante Zilma Luna da Silva e a prenderam na posse gramas de "maconha". Na Delegacia, esta última disse o seguinte, *verbis*:

"(...) que, afirma a interrogada que é a segunda vez que compra maconha, porém da primeira vez só comprou cinquenta gramas de maconha, onde, rapidamente, vendeu entre os usuários, e, desta vez, comprou aproximadamente um quilo e meio, sendo que pediu para guardar na residência de "Nena", pois é sua amiga há muitos anos, tirando mais da metade, e o restante fez bastante cigarros para vender (...)"

075

Perante o Juízo sentenciante, as apelantes negaram a prática do crime, atribuindo a uma terceira pessoa não identificada a propriedade do entorpecente apreendido. Entretanto, durante a instrução criminal, outro elemento da prova se coaduna com a confissão das apelantes. A testemunha Aroldo Silva Spinelle, Agente Policial que participou das diligências policiais que resultaram na prisão em flagrante das apelantes informou ao Juízo o seguinte:

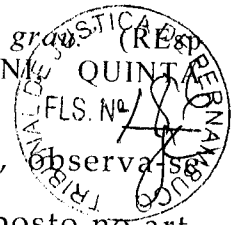
"(...) lá chegando procederam busca, tendo sido encontrado nas duas casas pacote contendo substância vegetal que se assemelhava a maconha e cigarros; que naquela ocasião as duas denunciadas estavam em casa e foram presas"

A autoria delitiva emerge dos autos de forma cristalina, sendo certo que as apelantes praticavam a conduta típica do art. 12 da Lei nº 6.368/76. A alegação de que terceira pessoa seria a proprietária do entorpecente apreendido é demasiada inverossímil, fruto do legítimo exercício do direito de defesa das apelantes.

A grande quantidade de entorpecente apreendida – aproximadamente um mil quinhentos e oitenta gramas – demonstra, *per si*, que as apelantes não são meras usuárias. Neste sentido:

STJ – “RESP - APREENSÃO DE GRANDE QUANTIDADE DE DROGA - ANIMUS DE TRAFICAR - CONFIGURAÇÃO.
- A apreensão de grande quantidade de drogas configura o animus de traficar, somente ilidível quando alega a finalidade exclusiva de uso próprio, com robusto material probante favorável ao mesmo.
- Precedentes.

- Recurso provido para restabelecer a sentença de 1º grau. (REsp 163.640/RS, Rel. Ministro JORGE SCARTEZZINI, QUINTA TURMA, julgado em 19/08/1999, DJ 04/10/1999 p. 78)




No que pertine a dosimetria da pena aplicada, observa-se que o Exmo. Magistrado de Primeiro Grau, atendendo aos disposto no art. 59 do Código Penal, ponderou acerca da culpabilidade, dos antecedentes, da conduta social, dos motivos e circunstâncias do crime, fixou para ambas pena base em 7 (sete) anos de reclusão em regime fechado, tornando-a definitiva a minguia de circunstâncias agravantes ou atenuantes. Nota-se que a pena base aplicada foi apenas um pouco mais da metade da pena máxima colimada para o tipo penal transgredido pela apelante, portando, foi fixada dentro dos limites da razoabilidade, não havendo reparo a ser feito no *decisum*. 076

Isto posto, em sintonia com o parecer da douta Procuradoria de Justiça que, instada a proferir seu parecer, opinou pelo não provimento do presente apelo, por entender que falta sustentação fática e jurídica que ampare o pleito das apelantes **voto pelo não provimento da apelação interposta, para que a sentença seja mantida em todos os seus termos.**

É COMO VOTO.

Recife, 11 de dezembro de 200 .


Des. Gustavo Lima
Revisor